

Política

CONSTITUINTE

Demorou quatro dias, mas os constituintes chegaram a um acordo para aprovar ontem 60 dispositivos. Havia até quórum, a votação começou... e o computador quebrou. Resultado:

Mais um artigo. E dois parágrafos.

ANE

Plenário lotado, painel louco.

Acontecimento inédito em Brasília: ontem, plena segunda-feira, 435 parlamentares se encontravam no plenário da Constituinte, prontos para votar as matérias do dia. As lideranças estavam otimistas: será o fim da chamada "semana Brasília", que começava às terças e terminava às quintas?

Para que isso acontecesse houve ameaças de divulgação de listas de ausentes, descontos nos subsídios e mobilização do Centrão.

Todo esse esquema teve seu pior inimigo no painel eletrônico, que tanto falhou que acabou obrigando Ulysses Guimarães a suspender a sessão. Na primeira votação, pouco depois das 18h, o painel registrou apenas 219 votos, praticamente metade dos constituintes presentes. Fileiras inteiras de parlamentares se levantaram para votar nos quatro terminais instalados à frente do plenário. O sistema não ficou, porém, apenas na falha de registro. Apresntou também os resultados — que só deveriam aparecer no final, com o que Ulysses Guimarães anulou a votação.

O plenário teve de esperar mais de meia hora, até que os técnicos resolvessem o problema. A certa altura, a deputada Cristina

Tavares (PMDB-PE), defensora da reserva de mercado na área de informática, dirigiu-se ao microfone e pediu que Ulysses informasse se o computador é nacional ou estrangeiro.

Ulysses relutou um pouco, mas deu a informação de todos conhecida: "É estrangeiro".

"Obrigada, presidente, porque alguns colegas estavam querendo colocar a culpa na indústria nacional."

"Bem, esperamos que agora, atemorizado pela intervenção da deputada Cristina Tavares, o computador funcione" — disse Ulysses, bem-humorado.

Mas seu humor durou pouco. O problema foi resolvido, fez-se a votação, mas na seguinte o sistema enguiçou de novo, fazendo com que Ulysses, irritado, anunciasse que tomará todas as providências junto à empresa responsável (a "A.E.G. Telefunken", da Alemanha).

O deputado Gerson Peres (PDS-PA), aparentemente convencido de que não havia apenas problema no computador mas também na utilização dos botões de votação pelos constituintes, a cada vez que a fila se formava nos terminais avulsos, gritava: "Moral neles".



O plenário: animação e poucas ausências.

APROVADO

Veja tudo que rendeu um dia de trabalho

O texto ontem votado e aprovado pela Constituinte, antes de suspensão a sessão por falhas no painel, é o seguinte:

"Art. 6º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e

à propriedade, nos termos seguintes:

"Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

"Parágrafo 2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdade fundamentais".

Joaquinzão quer desafiar o Centrão

Embora a plenária nacional da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) tenha deliberado sábado, em São Paulo, que irá negociar com o Centrão, principalmente em torno da questão da estabilidade (e em Brasília também se fala em negociação), o presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, disse ontem o contrário.

Em entusiasmado discurso no Sindicato dos Marceneiros, que organizou um "ato político-sindical em defesa dos direitos dos trabalhadores na Constituinte, contra o arrocho salarial, a recessão e o desemprego, pela Constituição já e pelas eleições diretas para presidente em 1988", Joaquinzão garantiu que não negocia com o Centrão, que definiu desta forma:

— É esse negócio nebuloso, diforme, horroroso, onde se concentra o que há de mais reacionário e retrógrado.

Era uma estocada do veterano dirigente sindical no seu sucessor

no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, e em Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas, partidários de entendimentos com o Centrão. Medeiros, que se reuniu no final do ano passado com líderes desse grupo da Constituinte e concordou com a proposta de indenização progressiva, ao invés da estabilidade pura e simples, recebeu outra alfinetada de Joaquinzão:

— Trocar o princípio da estabilidade pelo da indenização é negociar o inegociável. É trair os trabalhadores. Vamos nos unir para não negociar com o Centrão. Vamos peitar, desafiar o Centrão e dizer a seus integrantes que se eles nos traírem não se elegem mais nem oficial de gabinete de clube de várzea.

Negociação

Após o ato, em entrevista ao JT, Joaquinzão usou uma linguagem mais moderada, ratificando a posição de negociação aprovada pela plenária. Mas reiterou que não vai

"negociar com o Centrão como instituição". E explicou quais são suas divergências com Medeiros e Magri, que pregam o "sindicalismo de resultados":

— Existem diferenças de enfoque ou de opinião em relação a este ou aquele item. Mas na plenária ficou claro que todos defendem a postura de negociar com o objetivo de impedir que os avanços conseguidos e inseridos no texto da Comissão de Sistematização sejam anulados.

— Mas o sr. disse que não negocia com o Centrão...

— Vamos negociar inclusive com membros do Centrão. Nem todos que estão no Centrão são reacionários e traidores. É natural negociar com os hesitantes e pressioná-los para nosso lado. Pressionar, peitar, é uma coisa. Negociar com o Centrão é outra.

Dirigentes de sindicatos filiados à CGT reúnem-se hoje, em Brasília, em reunião presidida por Joaquinzão para eleger os integrantes

da delegação que terá a incumbência de negociar alterações no substitutivo do Centrão. O encontro será realizado na sede da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria).

Mas se Joaquinzão se recusa a negociar, a estabilidade no emprego tomará conta das conversas entre os diversos grupos da Constituinte, a partir de hoje, apesar da previsão de votação, segundo o deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, seja na próxima semana. Uma reunião da biblioteca da Câmara, às 9h30, dará início à negociação oficial entre os líderes sindicais, Centrão, PMDB e os partidos de esquerda.

Um acordo com os partidos de esquerda, entretanto será difícil já que eles só aceitam negociar até o texto elaborado pela Comissão de Sistematização, que prevê a estabilidade no emprego após 90 dias de trabalho. O Centrão, por sua vez, acha que este é o ponto de partida para o entendimento.

Por 377 votos contra 56 e duas abstenções, o plenário da Constituinte aprovou, ontem à noite, o substitutivo do Centrão para o Capítulo I, do Título II do projeto de Constituição, ressalvados 132 destaques, que continuarão sendo votados hoje. A votação só foi suspensa, ontem, devido às seguidas falhas do painel eletrônico.

A votação deu-se com base em acordo de lideranças, anunciado em plenário pelo líder do PMDB, Mário Covas. Disse ele que das 27 reivindicações do seu grupo, o Centrão acolheu 22, ficando as demais cinco para decisão em plenário.

Não obstante o acordo de lideranças, a votação do art. 6º do projeto e seus 60 parágrafos (referentes aos direitos individuais e coletivos) promete ser demorada, porque alguns partidos políticos e constituintes individualmente fazem questão de que seus destaques sejam votados para "marcar posição".

Foi o que ocorreu com o próprio caput do art. 6º. Havia acordo para se fundir o texto do projeto da Comissão de Sistematização — que apenas diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza — com o do substitutivo do Centrão, pelo qual se assegura o direito à liberdade, à vida e à propriedade. Mas foi colocado em votação um destaque pedido pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) visando a manter apenas o texto do projeto. Mário Covas declarou-se favorável, mas orientou sua bancada para cumprir o acordo, votando "não". O destaque foi rejeitado por 319 votos contra 115 e quatro abstenções. A esquerda do PMDB visivelmente não acompanhou o líder, preferindo ficar com o PT, o PDT, o PCB, o PC do B e o PSB.

Outro destaque rejeitado pelo plenário, por 310 votos a 93 e 28 abstenções era de autoria do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) e tentava incluir no parágrafo 2º a proibição do aborto, punindo-o como crime inafiançável. A votação seguiu o parecer do relator Bernardo Cabral, para quem o assunto deve ser tratado em lei ordinária.

Divisão

Pela primeira vez a esquerda se dividiu e o PDT decidiu se unir ao PMDB e ao Centrão para votar alguns parágrafos do artigo que trata dos direitos individuais e coletivos. Os pontos em que não houve acordo foram: inafiançabilidade e imprescritibilidade de crimes de tortura, terrorismo e tráfico de drogas; mandato de segurança coletivo; direito de propriedade; e o pagamento de indenização de desapropriação em dinheiro, imediatamente e a criação

do habeasdata, que é o direito de qualquer cidadão ter acesso a informações sobre sua pessoa constantes em bancos de dados, como o SNI e outros. No início dos entendimentos, diversas reuniões foram realizadas durante todo o dia entre Centrão, Centrinho, Muf e partidos de esquerda e a cada encontro, avançavam em alguns pontos. Pouco antes do início das votações constatou-se o racha nas esquerdas, já que o PDT resolveu apoiar o PMDB e o Centrão na negociação dos votos para aprovação dos 6º parágrafos do primeiro capítulo do título dois. Até o parágrafo oitavo, as negociações garantiam que tudo correria bem. Ficou acertado que seria aprovado o texto do Centrão, ressalvados os destaques.

Um dos pontos controvertidos é a propriedade. O Centrão quer que o direito à propriedade seja um direito inviolável como o direito à vida. O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, anunciava que não era possível admitir que se comparasse o direito à vida e à liberdade com o direito à propriedade. Ainda sobre este assunto, outra polêmica era em relação à desapropriação rural. O Centrão quer que a indenização seja feita previamente e em dinheiro e as esquerdas só aceitam que ela seja paga através de título da dívida agrária.

No parágrafo que trata dos crimes inafiançáveis também há divergências: o Centrão quer que sejam dados tratamentos diferenciados, em dois parágrafos, para os crimes do tipo tortura e terrorismo e um outro tratamento para o tráfico de drogas e crimes hediondos. Os partidos de esquerda não aceitam que terrorismo e tortura sejam iguais.

No parágrafo referente ao mandato de segurança coletivo, muitas discussões. Neste, o Centrão fica sozinho, alegando que ele é um direito individual e que muitas entidades poderiam se valer deste direito para tratar de questões que não seriam de total acordo de seus associados. A inovação proposta pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, de mandato coletivo, não obteve apoio do Centrão e será definido pelo voto.

Com relação à nova figura criada pela Constituinte, o "Habeas data", o Centro defende o acesso à informação constante em bancos de dados apenas em órgãos públicos e em casos que comprometam a segurança nacional. Os outros grupos querem a aprovação da proposta da Sistematização, que lidera o acesso a qualquer banco de dados.